



XXXII EXAME DE ORDEM UNIFICADO

SIMULADO DA 1ª FASE OAB/FGV - Junho de 2020

TIPO 1 - BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova **tipo 1**, contendo oitenta questões e um questionário de percepção sobre a prova com dez questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

Uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de **tipo 1**.



TEMPO

5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.

2 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.

1 hora antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre os examinandos.

Levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.

Portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, protetor auricular, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo de qualquer espécie.

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

Verifique se o número deste caderno de provas coincide com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.

Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.

Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido.

Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do examinando.

Reserve tempo suficiente para o preenchimento de sua folha de respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.

A FGV coletará as impressões digitais dos examinandos na folha de respostas.

Quando terminar sua prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar a folha de respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala. Aquele que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.

Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Esses examinandos poderão acompanhar, caso queiram, o procedimento de conferência da documentação da sala de aplicação, que será realizada pelo Coordenador da unidade, na Coordenação do local da prova. Caso algum desses examinandos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, deverá assinar termo desistindo do Exame e, caso se negue, será lavrado Termo de ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas.

“Qualquer semelhança nominal e/ ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência”

Questão 1

O advogado Agnaldo, após quinze anos de exercício efetivo da profissão e decidido a contribuir para o aperfeiçoamento da advocacia e o devido cumprimento das prerrogativas do advogado, concorreu à Presidência do Conselho Seccional do Estado X, vindo a ser eleito com a grande maioria dos votos. Decorridos dois anos de cumprimento magistral de seu mandato, por motivos pessoais, necessitou deixar o cargo.

Segundo as disposições do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- A) Agnaldo, ao deixar o cargo no curso do mandato, apresenta de forma sucinta relatório e contas ao seu sucessor.
- B) Agnaldo, ao deixar o cargo depois de cumpridos dois anos de seu mandato, é facultado de apresentar relatório e contas, exceto diante de indícios de atos ilícitos que envolvam sua participação.
- C) Agnaldo, ao deixar o cargo no curso do mandato, apresenta relatório pormenorizado e contas a Diretoria do Conselho Seccional do Estado X.
- D) Agnaldo, ao deixar o cargo depois de cumpridos dois anos de seu mandato, tem o dever regulamentar de apresentar relatório e contas pormenorizadas ao Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, em sessão solene aberta a todos os advogados que estejam em situação regular perante a instituição.

Questão 2

Os advogados Tulio e Rodrigo pretendem participar de eleição na OAB para ocupar os cargos de Conselheiro Seccional e Conselheiro Federal, respectivamente. Tulio exerce efetivamente a profissão há mais de três anos, encontra-se em situação regular perante a OAB, não ocupa cargo exonerável ad nutum e não tem condenação por infração disciplinar. Rodrigo sofreu condenação por infração disciplinar, mas obteve reabilitação, encontra-se em situação regular perante a OAB, não ocupa cargo exonerável ad nutum e exerce efetivamente a profissão há mais de cinco anos.

Considerando as pretensões dos advogados citados, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- A) Tulio e Rodrigo cumprem com os requisitos para concorrer aos cargos pretendidos.
- B) Apenas Tulio cumpre com os requisitos para concorrer ao cargo pretendido.
- C) Apenas Rodrigo cumpre com os requisitos para concorrer ao cargo pretendido.
- D) Tulio e Rodrigo não cumprem com os requisitos para concorrer aos cargos pretendidos.

Questão 3

O advogado Lucas foi contratado por Amélia para propor ação de cobrança em face de Plínio. No decorrer da ação, mesmo sem autorização, Lucas estabeleceu entendimento direto com a parte adversa e recusou-se a prestar contas a sua cliente da totalidade da quantia recebida, limitando-se a lhe entregar parte do valor auferido após o desconto dos seus honorários. Amélia, inconformada, pretende representar o advogado para que este responda processo disciplinar perante a OAB e seja devidamente apenado por sua conduta.

Considerando que o advogado é detentor da Medalha Rui Barbosa, segundo as disposições do Código de Ética e Disciplina, assinale a afirmativa correta.

- A) A representação contra Lucas será formulada, necessariamente por escrito, ao Presidente do Conselho Seccional ou ao Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Federal, devendo ser instruída com rol de testemunhas, até o limite de três.
- B) O processo disciplinar deverá ser instaurado de ofício ou mediante representação anônima caso, irrefutavelmente, seja necessário para preservar a segurança da representante.
- C) A representação contra Lucas deverá conter a identificação da representante, com a sua qualificação civil e endereço, a narração dos fatos que a motivaram, de forma que permita verificar a existência, em tese, de infração disciplinar e será processada e julgada pelo Conselho Federal, sendo competente o Conselho Pleno.
- D) Compete ao relator do processo disciplinar determinar a notificação do advogado, em seu endereço constante do cadastro de inscritos do Conselho Seccional, para que apresente defesa prévia no prazo de dez dias úteis, que poderá ser prorrogado por motivo relevante a critério do Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina.

Questão 4

O advogado Carlos foi contratado por João no dia 15/09/2007 para defender e pleitear seus direitos em diversas ações judiciais. Ao tomar conhecimento de sua condenação em uma das ações, transitada em julgado em 13/09/2010, João representou disciplinarmente Carlos perante a OAB, no dia 07/07/2014, por suposto prejuízo de interesse confiado ao seu patrocínio. O processo disciplinar foi devidamente instaurado, instruído e concluído com a condenação do advogado em 06/07/2017, sendo aplicada sanção de censura.

Diante do caso narrado, revela-se correto afirmar que.

- A) O trânsito em julgado da ação judicial interrompe a prescrição do processo disciplinar. Demonstrada a prática da infração pelo advogado, a condenação aplicada foi excessiva.
- B) Demonstrada a infração praticada pelo advogado, a condenação aplicada foi correta. Não houve ocorrência de prescrição a pretensão à punibilidade.
- C) A pretensão à punibilidade da infração alegada prescreve em três anos, contados da data da constatação oficial dos fatos. Dessa forma, o advogado foi indevidamente condenado.
- D) Mesmo que demonstrada a prática da infração pelo advogado, a sanção de censura aplicada foi incorreta. Houve ocorrência de prescrição a pretensão à punibilidade.

Questão 5

A advogada Clara foi contratada por Vinicius para comparecer a determinada instituição policial que conduzia investigação contra sua esposa Gertrudes. Ao comparecer no departamento competente, para examinar os autos de investigação que estavam em andamento, a advogada foi impedida por funcionário que estava no local sob alegação de não estar dotada de procuração outorgada pela investigada. Clara demonstrou inconformismo pela conduta adotada pelo profissional, mas, para evitar maiores constrangimentos e agilizar sua atuação, providenciou a assinatura da procuração. Para sua surpresa, ao retornar, foi novamente proibida de examinar os autos, sob alegação de que estavam conclusos à autoridade.

Considerando o caso narrado e o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) A primeira proibição apresentada viola direito assegurado pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, pois Clara tem direito de examinar em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de investigação. A segunda proibição apresentada foi correta, uma vez que a advogada tem direito de examinar os autos de investigação desde que não estejam conclusos à autoridade. A autoridade competente poderá delimitar o acesso da advogada aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, quando houver risco de comprometimento da finalidade das diligências.

B) A primeira proibição apresentada não viola direito assegurado pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, pois Clara possui direito de examinar em qualquer instituição responsável por conduzir investigação autos de investigação, desde que esteja dotada de procuração. A segunda proibição apresentada foi incorreta, uma vez que a advogada possui direito de examinar os autos de investigação, mesmo que conclusos à autoridade. A autoridade competente poderá delimitar o acesso da advogada aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, quando houver risco de comprometimento da finalidade das diligências.

C) Ambas as proibições violam direito assegurado pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, pois Clara tem direito de examinar em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de investigação, ainda que conclusos à autoridade. A autoridade competente não poderá delimitar o acesso da advogada aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, mesmo quando houver risco de comprometimento da eficiência ou eficácia das diligências.

D) As proibições apresentadas violam direito assegurado pelo Estatuto da Advocacia e da OAB. Clara tem direito de examinar em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo em procuração, autos de investigação, ainda que conclusos à autoridade. No entanto, a autoridade competente poderá delimitar o acesso da advogada aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, quando houver risco de comprometimento da finalidade das diligências.

Questão 6

Reginaldo, devidamente inscrito nos quadros da OAB como estagiário, atua de forma exemplar em tradicional escritório de advocacia amplamente conhecido na sua localidade. Palhares e Bartolomeu, advogados sócios do escritório, satisfeitos com o aprendizado do estagiário e sabendo da necessidade financeira de sua família asseguraram a este a contratação, como empregado, logo que se tornasse advogado. Animado com as propostas promissoras do escritório, Reginaldo concluiu o curso de direito, foi aprovado no Exame de Ordem, reuniu os documentos necessários e se dirigiu a Ordem dos Advogados do Brasil para promover sua inscrição principal. Úrsula, antiga namorada de Reginaldo, sabendo de suas pretensões compareceu à Instituição e relatou acontecimentos frequentes, que indicavam comportamento violento do pretendente à inscrição com suas avós e também com alguns de seus colegas, por conta de orientação sexual. Solicitou que tais fatos fossem conhecidos e levados em consideração para que se certificasse a idoneidade moral de Reginaldo no momento do deferimento de sua inscrição.

Considerando a situação hipotética apresentada e o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Qualquer pessoa pode suscitar a inidoneidade moral de Reginaldo. O relato apresentado constitui fator apto a demonstrá-la, mas deve ser declarada mediante decisão unânime em processo administrativo disciplinar a ser promovido pelos membros da Diretoria do Conselho competente.

B) O fato relatado demonstra a ausência de idoneidade moral de Reginaldo para fins de inscrição nos quadros da OAB. A inidoneidade moral pode ser suscitada apenas por advogados e deve ser declarada mediante decisão que obtenha no mínimo um terço dos votos de todos os membros do Conselho Seccional competente.

C) A inidoneidade moral de Reginaldo, pelas razões apresentadas e por se tratar de questão de foro íntimo, pode ser suscitada apenas por seus familiares. Caso seja feito dessa forma, poderá indicar fator apto a demonstrá-la após a devida apuração em procedimento disciplinar.

D) O relato apresentado por Úrsula constitui fator apto a demonstrar a ausência de idoneidade moral de Reginaldo para fins de inscrição nos quadros da OAB. A inidoneidade moral pode ser suscitada por qualquer pessoa, mas deve ser declarada mediante decisão que obtenha no mínimo dois terços dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar.

Questão 7

Maria atuou durante sete anos como advogada contratada e empregada em renomada sociedade jurídica. Com a certeza do seu amadurecimento profissional e com o suporte de Lucila, profunda conhecedora do direito tributário, optou por solicitar seu desligamento da sociedade para constituir escritório próprio especializado no atendimento de empresas. Estudando o investimento, imprescindível para a implantação, sugeriu um acordo junto à sociedade para quitar suas verbas rescisórias. O acordo foi aceito quanto à remuneração extraordinária das horas que excederam a jornada de oito horas diárias, bem como da remuneração como noturnas das horas trabalhadas no período das vinte horas de um dia até as cinco horas do dia seguinte. No entanto, a sociedade informou que não iria considerar os honorários de sucumbência para efeitos trabalhistas e previdenciários. Maria, analisando seus compromissos financeiros já assumidos, não concordou com os descontos indicados e decidiu elaborar nova proposta que, oportunamente, seria apresentada.

Sobre a situação narrada, de acordo com as regras do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a opção correta.

- A) Os honorários de sucumbência da advogada, por ser empregada, constituem fundo comum cuja destinação é decidida pelo sindicato de advogados e, na sua falta, pela federação ou confederação nacional dos advogados.
- B) Os honorários de sucumbência, por decorrerem precipuamente do exercício da advocacia e só acidentalmente da relação de emprego, não integram o salário ou a remuneração, não podendo, assim, ser considerados para efeitos trabalhistas ou previdenciários.
- C) As horas que Maria trabalhou que excederam a jornada normal são remuneradas por um adicional não inferior a cinquenta por cento sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.
- D) As horas que Maria trabalhou no período das vinte horas de um dia até as cinco horas do dia seguinte devem ser remuneradas como noturnas, sendo acrescidas do adicional de vinte por cento.

Questão 8

Petrákio e Heráclito, amigos da época da faculdade, se tornaram advogados e pretendem constituir sociedade de advocacia. Pouco antes de concluírem o ato constitutivo da sociedade, Petrákio recebeu proposta e aceitou função de gerência em instituição financeira privada. Heráclito, decidido em dar sequência na abertura da sociedade, continuou procurando local adequado para a sua instalação.

Considerando a situação descrita, nos termos do Estatuto da Advocacia e do seu Regulamento Geral, assinale a afirmativa correta.

- A) Petrákio poderá constituir sociedade de advocacia com Heráclito, com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede. Petrákio, enquanto suspenso, poderá somente prestar assessoria jurídica extrajudicial aos clientes da sociedade.
- B) Heráclito poderá constituir sociedade unipessoal de advocacia, com o registro aprovado dos seus atos constitutivos na Subseção da OAB em cuja base territorial tiver sede, desde que não apresente característica de sociedade empresária ou realize atividades estranhas à advocacia.

C) Heráclito poderá constituir sociedade unipessoal de advocacia, com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede. A denominação da sociedade deve ser formada pelo seu nome, completo ou parcial, com a expressão "Sociedade Individual de Advocacia".

D) Petrákio e Heráclito podem constituir sociedade simples de prestação de serviços de advocacia, sendo proibido o seu registro nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas. A razão social da sociedade deve ter, obrigatoriamente, o nome completo dos dois advogados responsáveis pela sociedade.

Questão 9

"Na igualdade de recursos, porém, as pessoas decidem que tipo de vida procuram munidas de um conjunto de informações sobre o custo real que suas escolhas impõem as outras pessoas e, conseqüentemente, ao estoque total de recursos que pode ser equitativamente utilizado por elas."

Ronald Dworkin

A igualdade na teoria de Dworkin constitui valor fundamental, de forma que o autor elabora uma teoria geral a seu respeito em sua obra "A Virtude Soberana: A teoria e a prática da igualdade". Nesse sentido, ao tratar da igualdade de recursos, assinale a opção que melhor identifica o entendimento do autor.

- A) As pessoas devem assumir com o custo da vida que assumem para si, sendo responsáveis pelas perdas e ganhos decorrentes da sua escolha.
- B) A igualdade de recursos se identifica com a igualdade de bem estar, pois o indivíduo é quem escolhe o seu plano de vista e o Estado assume a função institucional de assegurar a satisfação.
- C) A igualdade de recursos das pessoas relaciona-se com a distribuição de bens para que todos auferam bem estar idêntico em suas vidas.
- D) Os recursos sociais devem ser distribuídos de forma que todos se equiparem em bem estar, sendo possível constituir um conteúdo normativo com base neste para que as pessoas sejam livres em suas escolhas.

Questão 10

"(...) casos polêmicos no sentido de que juristas sensatos e bem informados podem discordar sobre qual a resposta juridicamente correta: o direito é, nesses casos, fundamentalmente incompleto: não oferece nenhuma resposta aos problemas em pauta."

Herbert Lionel Adolphus Hart

Em sua doutrina, o filósofo inglês adepto do positivismo brando admite a existência de casos juridicamente não regulados, precipuamente quando se trata de casos difíceis e com normas contraditórias incompatíveis.

Sob esse aspecto, em anuência com o entendimento do autor em sua obra "O conceito do direito", assinale a afirmativa correta.

- A) Nos casos, não regulamentados juridicamente, os tribunais precisam exercer a função legislativa limitada, que denomina "discrecionalidade".
- B) A norma jurídica, seja de reconhecimento ou em específico, não apresenta penumbra de incerteza, apenas situações inéditas que exigem a reinterpretção estritamente legislativa.
- C) O direito adota uma textura fechada da norma, que tem ligação necessária com a imprevisibilidade dos casos não regulamentados juridicamente.
- D) O positivismo brando, na teoria do filósofo, afasta os princípios morais ou valores substantivos da norma de reconhecimento, mas admite a existência de casos difíceis.

Questão 11

O estado de defesa e o estado de sítio são tidos como legalidades extraordinárias, verdadeiras excepcionalidades que possibilitam inclusive a suspensão da edição de emendas constitucionais e de determinadas garantias constitucionais. As hipóteses de incidência e o procedimento são exaustivamente tratados pela CRFB/88.

Com base na previsão constitucional dos referidos institutos, assinale a opção correta.

- A) Em sendo hipótese de estado de sítio, o Congresso Nacional deverá ser fechado até o término das medidas coercitivas, para sua salvaguarda.
- B) O estado de defesa e o estado de sítio podem ser decretados pelo Presidente da República, bastando a oitiva prévia do Conselho da República, do Conselho de Defesa Nacional e do Procurador-Geral da República.
- C) No estado de defesa, a oitiva do Congresso Nacional é posterior à sua decretação. Por sua vez, no estado de sítio, o Congresso Nacional deve ser ouvido previamente à decretação.
- D) Poderá o Presidente da República, à luz da CRFB/88, decretar estado de defesa em resposta a agressão armada de país vizinho.

Questão 12

Você foi contratado como advogado(a) de um Sindicato Nacional de Caixas Bancárias que estão preocupados com as demissões em massa no setor. Existindo o “direito de proteção dos trabalhadores urbanos e rurais em face da automação”, mas que não foi regulamentado. Você como advogado poderá ajuizar no STF para garantir o direito destes trabalhadores:

- A) O mandado de segurança coletivo.
- B) A ação direta de inconstitucionalidade.
- C) A ação popular.
- D) O mandado de injunção coletivo.

Questão 13

Medida judicial cabível para retirar a efetividade de portaria ministerial de 2019 que afronta direito previsto na Constituição Federal. É espécie de controle abstrato de constitucionalidade em Tribunal Superior. Assim, consultado como advogado(a) indique a medida judicial adequada:

- A) Ação declaratória de constitucionalidade.
- B) Ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão.
- C) Ação direta de inconstitucionalidade.
- D) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Questão 14

Um Estado-membro do Brasil, governado por dirigente progressista, pretende realizar uma ampla reforma agrária no seu território para melhor dividir a terra, incluindo diversos desempregados na vida produtiva, apresentando, ainda, amplo programa de financiamento das atividades agrícolas. Com essa proposta política, resolve apresentar projeto de lei, criando formas de desapropriação e inovando nos procedimentos, dando característica sumária e permitindo o ingresso nos imóveis sem pagar indenização. Quanto ao tema em foco, legislação sobre desapropriação, nos termos da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) Trata-se de competência privativa da União.
- B) Trata-se de competência da União em comum com os Estados.
- C) Trata-se de competência privativa dos Estados.

D) Trata-se de competência dos Estados em comum com os Municípios.

Questão 15

Projeto de lei estadual de iniciativa parlamentar concede aumento de remuneração a servidores públicos estaduais da área da educação e vem a ser convertido em lei após a sanção do Governador do Estado. A referida lei é:

- A) Inconstitucional, uma vez que os projetos de lei de iniciativa dos parlamentares em caráter terminativo não se submetem à sanção do Governador do Estado, sob pena de ofensa à separação de poderes.
- B) Constitucional, desde que a Constituição do Estado-membro não reserve à Chefia do Poder Executivo a iniciativa de leis que disponham sobre aumento de remuneração de servidores públicos estaduais pelo princípio da simetria federativa.
- C) Constitucional, pois a sanção do Governador do Estado ao projeto de lei teve o condão de sanar o possível vício de iniciativa.
- D) Inconstitucional, uma vez que são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre aumento de remuneração de servidores públicos da administração direta e autárquica estadual pelo princípio do paralelismo federativo.

Questão 16

Preocupado com a concorrência de eletrodomésticos produzidos na China e com o saldo da balança comercial, o Presidente da República, no dia 1º de maio, editou medida provisória determinando o aumento da alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para os produtos provenientes daquele país. Entretanto, passados 30 (trinta) dias, o Congresso Nacional rejeitou a medida provisória, não a convertendo em lei. Com base no caso acima, assinale a afirmativa correta:

- A) A medida provisória terá eficácia por mais 30 (trinta) dias, perfazendo o total de 60 (sessenta) dias.
- B) A medida provisória terá eficácia por mais 30 (trinta) dias, período no qual poderá haver nova tentativa de conversão em lei.
- C) A medida provisória perderá sua eficácia, cabendo ao Presidente da República, caso haja interesse, reeditá-la imediatamente.
- D) A medida provisória perderá sua eficácia, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas dela decorrentes.

Questão 17

Antônio Bento, prefeito do Município “W”, integrante do Estado “X”, possui familiares que pretendem concorrer a cargos eletivos nas próximas eleições. Sobre essa situação, assinale a afirmativa correta:

- A) Bento Junior, filho de Antônio Bento, que terá 18 anos completos na época da eleição, poderá se candidatar ao cargo de deputado estadual de “X”, desde que Antônio Bento tenha se desincompatibilizado seis meses antes do pleito.
- B) Joana, esposa de Antônio Bento, vereadora do município “W”, só poderá concorrer novamente ao cargo de vereadora, se Antônio Bento se desincompatibilizar seis meses antes do pleito.
- C) Antônio Bento poderá concorrer ao cargo de governador do estado “X”, não sendo necessário que renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.
- D) Gabriel, sobrinho de Antônio Bento, poderá concorrer ao cargo de Vereador do Município “W” mesmo que Antônio Bento não tenha se desincompatibilizado seis meses antes do pleito.

Questão 18

O Pacto de São José da Costa Rica, denominado de Convenção Americana sobre Direitos Humanos é um tratado de Direitos Humanos do Sistema Regional Americano e estabelece que:

- A) Qualquer pessoa, física ou jurídica, apenas representada por advogado, poderá formular denúncia perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, visando a responsabilização do Estado perante a Corte.
- B) A nacionalidade está prevista dentre os direitos protegidos pelo tratado, indicando que toda pessoa tem direito a uma nacionalidade. A pessoa terá direito à nacionalidade do país de seus pais, caso não tenha outra.
- C) Toda pessoa tem direito à propriedade, não podendo haver limitação ao uso e gozo mesmo em confronto com o interesse social.
- D) Toda pessoa tem direito de buscar e receber asilo político em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com direitos políticos, em conformidade com a legislação interna de cada estado e convênios internacionais.

Questão 19

Quanto aos mecanismos de proteção dos Direitos Humanos e sobre os tribunais internacionais e de sua repercussão, assinale a opção correta:

- A) O Estatuto de Roma não permite reservas nem a retirada dos Estados-membros do tratado.
- B) O Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional, estabelece uma diferença entre entrega e extradição, operando a primeira entre um Estado e o mencionado tribunal e a segunda entre Estados.
- C) O Tribunal Penal Internacional prevê a possibilidade de aplicação da pena de morte, ao passo que a Constituição brasileira proíbe tal aplicação.
- D) O § 4º do art. 5º da Constituição Federal prevê a submissão do Brasil à jurisdição de tribunais penais internacionais e tribunais de direitos humanos.

Questão 20

Considerando a legislação brasileira relativa à competência jurisdicional nas relações jurídicas com elemento estrangeiro, as cartas rogatórias e a homologação de sentenças estrangeiras, assinale a opção correta:

- A) Tanto o juiz brasileiro quanto o juiz do país de origem do autor da herança, se este for estrangeiro, têm competência para proceder a inventário e partilha de bens situados no Brasil.
- B) A homologação de sentença estrangeira no Brasil não pode ser concedida pelo STJ na hipótese de partilha decorrente de divórcio se houver bens situados no Brasil.
- C) Não conhecendo a lei estrangeira, o juiz brasileiro deverá solicitar às autoridades de outro Estado os elementos de prova ou informação sobre o texto, sentido e alcance legal de seu direito.
- D) Compete ao STF conceder “exequatur” às cartas rogatórias enviadas ao Brasil para que, somente depois, as cartas rogatórias sejam executadas pelo juízo federal competente.

Questão 21

Sobre a expulsão, assinale a alternativa correta:

- A) Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017) prevê expressamente que o estrangeiro cuja presença atente contra a segurança nacional e ordem pública pode ser expulso.
- B) O estrangeiro que tiver filho brasileiro sob sua guarda ou dependência econômica ou socioafetiva pode ser expulso.
- C) A expulsão implica a retirada compulsória do estrangeiro do território brasileiro com a proibição de reingresso, no país, por tempo indeterminado.
- D) Brasileiro naturalizado não pode ser expulso do território nacional.

Questão 22

A União instituiu determinado tributo federal e conferiu a uma autarquia as tarefas de fiscalizá-lo e arrecadá-lo.

Tendo em vista a situação narrada, assinale a opção correta:

- A) A capacidade tributária ativa (realizar atos de fiscalização e arrecadação) é delegável.
- B) Trata-se de caso de delegação da competência tributária da União.
- C) Não é possível que a União revogue, a qualquer tempo e por ato unilateral, a atribuição que conferiu a tal autarquia.
- D) Em eventual discussão judicial proposta por um contribuinte do tributo, a autarquia não terá prazo em dobro para recorrer

Questão 23

A Presidência da República, por meio do Decreto 123, de 1º de janeiro de 2015, aprovou novas alíquotas para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), dentro das balizas fiadas na lei tributária, a saber:

- Cigarro – alíquota de 100%
- Vestuário – alíquota de 10%
- Macarrão – alíquota zero

Sobre a hipótese, é possível afirmar que:

- A) O referido decreto é inconstitucional, uma vez que viola o princípio da legalidade.
- B) O referido decreto é inconstitucional, uma vez que viola o princípio do não confisco.
- C) As alíquotas são diferenciadas em razão da progressividade do IPI.
- D) As alíquotas são diferenciadas em razão do princípio da seletividade do IPI.

Questão 24

O Município X instituiu taxa a ser cobrada, exclusivamente, sobre o serviço público de coleta, remoção e tratamento de lixo e resíduos provenientes de imóveis. A Igreja ABC, com sede no Município X, foi notificada da cobrança da referida taxa.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta:

- A) As Igrejas são imunes; portanto, não devem pagar a taxa instituída pelo Município X.
- B) A taxa é inconstitucional, pois não é específica e divisível.
- C) A taxa é inconstitucional, uma vez que os Municípios não são competentes para a instituição de taxas de serviço público.
- D) A taxa é constitucional e as Igrejas não são imunes.

Questão 25

Um fiscal federal, em processo de auditoria, verificou que uma empresa estava em dívida para com o fisco em relação ao imposto de renda. Ao autuar a empresa para pagamento do imposto, o fiscal impôs-lhe, ainda, uma multa por atraso no pagamento e outra, por não ter entregue a declaração anual de rendimentos da pessoa jurídica. Nessa situação hipotética:

- A) A obrigação de pagar o imposto de renda e a de pagar a multa por atraso na entrega da declaração são consideradas principais; a de pagar a multa de mora, não.
- B) Todas as obrigações são consideradas principais.
- C) A obrigação de pagar o imposto de renda é considerada principal; a de pagar as multas, não.
- D) A obrigação de pagar o imposto de renda e a de pagar a multa de mora são consideradas principais; a de pagar a multa por atraso na entrega da declaração, não.

Questão 26

A Cia. de Limpeza do Município de Trás os Montes, empresa pública municipal, vendeu um imóvel de sua titularidade situado na rua Dois, da quadra 23, localizado no n.º 06. Neste caso, o novo proprietário:

- A) Não paga o imposto de transmissão de bens imóveis, em função de ser bem público.
- B) Fica isento do imposto predial e territorial urbano, ante a imunidade do patrimônio público.
- C) Paga o IPTU, mas não paga o ITBI, uma vez que, nesta última hipótese, quem transmite a propriedade do bem é empresa pública.
- D) Fica obrigado a pagar todos os tributos que recaiam sobre o bem.

Questão 27

Fernando sofreu um acidente automobilístico e foi atendido em hospital da rede pública do Município. Por imperícia do médico que o assistiu, teve amputado seu braço direito. Nessa situação hipotética, respondem pelo dano causado a Fernando:

- A) O Município e o médico, solidária e objetivamente.
- B) O Município, objetivamente, e o médico, regressivamente, em caso de dolo ou culpa.
- C) O Município, objetivamente, e o médico, subsidiariamente.
- D) O Município, objetivamente, e o médico, solidária e subjetivamente.

Questão 28

Em âmbito federal, o direito de a Administração Pública anular atos administrativos eivados de vício de ilegalidade, dos quais decorram efeitos favoráveis para destinatários de boa-fé:

- A) Não se submete a prazo prescricional.
- B) Não se submete a prazo decadencial.
- C) Prescreve em 10 (dez) anos, contados da data em que praticado o ato.
- D) Decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que praticado o ato.

Questão 29

O Estado da Bahia resolve realizar licitação, com fundamento na Lei Federal n. 8.666/93, para a contratação de obra de engenharia para a construção de um hospital. Consultada a procuradoria, ela indica que a modalidade que deverá ser adotada é a de tomada de preços. Com base no caso acima, assinale a afirmativa correta:

- A) Se a modalidade deve ser tomada de preços, pode-se presumir que a obra foi orçada em até um milhão e quinhentos mil reais, porém nada obsta que se opte por utilizar as modalidades concorrência ou convite, pois ambas são modalidades mais amplas de licitação que a tomada de preços.
- B) É possível desmembrar a referida obra em duas ou mais e realizar as licitações na modalidade de convite, mesmo que, com isso, viesse a perder a economia de escala decorrente da sua realização integrada.
- C) Na tomada de preços qualquer interessado que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovar possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto, poderá dela participar.
- D) Na modalidade tomada de preços, o Estado somente receberá propostas dos licitantes que estejam devidamente cadastrados, permitindo-se, porém, o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Questão 30

O Estado Alfa e os Municípios Beta e Gama, localizados naquele Estado, celebraram protocolo de intenções para a constituição de consórcio público para atuação na área de saneamento, dispondo que o consórcio teria personalidade jurídica de direito público. No protocolo de intenções está prevista a outorga de concessão, permissão e autorização de serviços públicos pelo consórcio, além da possibilidade de promover desapropriações e instituir servidões. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta:

- A) O consórcio é ente desprovido de personalidade e, portanto, não é válida a previsão contida no protocolo de intenções.
- B) O consórcio em referência não poderá ser constituído sem a obrigatória participação da União entre os seus consorciados.
- C) Após a constituição do consórcio, poderá ele promover desapropriação, pois prevista no protocolo, mas a declaração de utilidade pública não pode ser feita pelo consórcio.
- D) Com a assinatura do protocolo de intenções por todos os entes participantes, estará constituído o consórcio em referência.

Questão 31

Roberto exerce o cargo público de servidor da câmara de vereadores do Município de São Paulo. Como servidor municipal, sua remuneração tem um limite remuneratório. Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta:

- A) O cargo de Roberto está sujeito ao teto remuneratório correspondente ao subsídio do Prefeito.
- B) O cargo de Roberto está sujeito ao limite remuneratório correspondente ao subsídio dos vereadores.
- C) O cargo de Roberto não está sujeito ao limite remuneratório, uma vez que pode ser cumulado com o cargo de professor.
- D) Enquanto não for editada lei complementar específica, não pode ser aplicado o limite remuneratório aos vencimentos do cargo de Roberto.

Questão 32

Uma organização da sociedade civil recebeu recursos públicos para a execução de um projeto, em regime de colaboração com a Administração Pública. A partir da hipótese apresentada, segundo a Lei de Improbidade Administrativa, assinale a afirmativa correta:

- A) Uma organização da sociedade civil, que se qualifica como entidade privada sem fins lucrativos, ao receber recursos públicos, inclusive sob a forma de auxílio ou subvenção, pode ser sujeito passivo de ato de improbidade administrativa.
- B) Uma organização da sociedade civil, por ser entidade privada, não pode ser sujeito passivo de ato de improbidade administrativa.
- C) Os atos praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de ente público, não se sujeitam às penalidades previstas na lei de improbidade administrativa.
- D) Uma organização da sociedade civil, por ser entidade privada sem fins lucrativos, pode receber recursos públicos, razão pela qual não pode ser sujeito passivo de ato de improbidade administrativa.

Questão 33

Um advogado foi procurado por pessoas (empreendedores e particulares) que buscavam orientação quanto a medidas, providências e cuidados que deveriam ter na condução de seus interesses, empreendimentos e atividades, especialmente visando à adequação com a legislação ambiental pertinente, evitando, assim, possível responsabilização civil, administrativa e penal, além de fazerem valer seus direitos. Dentre as informações prestadas, uma está incorreta. Assinale a informação incorreta:

- A) No caso de uma atividade listada no ANEXO I da Resolução CONAMA 237/97, o licenciamento ambiental é obrigatório, não podendo ser dispensado pelo Poder Público.
- B) Em se tratando de atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental, admite-se a utilização de procedimento de licenciamento simplificado, desde que aprovado pelo respectivo Conselho de Meio Ambiente.
- C) A ausência de licença ou autorização do órgão ambiental para um empreendimento ou atividade, quando são exigíveis, tipifica crime e infração administrativa ambiental, todavia o infrator não pode cumular duas sanções (penal e administrativa) pelo mesmo fato.
- D) O auto de infração ambiental que apresentar vício sanável poderá ser convalidado, a qualquer tempo, de ofício, pela autoridade julgadora, devendo o procedimento ser anulado a partir da fase processual em que o vício foi produzido, reabrindo-se novo prazo para defesa, aproveitando-se os atos regularmente produzidos.

Questão 34

Um determinado Estado da Federação resolveu instituir uma Unidade de Conservação, tendo optado pela criação de uma EE (Estação Ecológica), todavia não realizou consulta pública. Em seguida elaborou PM (Plano de Manejo) e não estabeleceu a ZA (Zona de Amortecimento). Dois anos depois o Poder Público Estadual resolveu modificar a Unidade de Conservação criada, ou seja, decidiu suprimir uma pequena parte da área originária, e, para tanto, editou a alteração por decreto. Indique a alternativa errada:

- A) Estações ecológicas integram o grupo/categoria das Unidades de Proteção Integral e a legislação exige estudos técnicos, mas permite seja dispensada a realização de consulta pública.
- B) Estações Ecológicas exigem o estabelecimento de Zona de Amortecimento, pois apenas APAs (Áreas de Proteção Ambiental) e RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural) não exigem tal providência.
- C) O Poder Público pode ampliar, reduzir os limites e até extinguir unidades de conservação, todavia a ampliação pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade de conservação.
- D) Como o caso tratado na questão importará em pequena supressão da área originária, nada impede que essa alteração seja feita por decreto.

Questão 35

Segundo o Código Civil a capacidade plena é adquirida pela emancipação. A respeito deste tema podemos afirmar que:

- A) Emancipação, ainda que voluntária, será feita mediante escritura pública e dependerá de homologação judicial.
- B) Da emancipação surgem importantes efeitos patrimoniais, podendo interferir, inclusive, na obrigação de prestar alimentos.
- C) O exercício de emprego ou função pública, ainda que seja por cargo comissionado, é hipótese de emancipação legal.
- D) Da emancipação decorre a antecipação da imputabilidade penal.

Questão 36

Márcia encontra-se grávida de oito meses. Diante dos exames feitos e da constatação de que seu filho pertence ao sexo masculino, escolheu chamá-lo de Miguel.

Segundo o que diz o Código Civil quanto ao nascituro, assinale a afirmativa correta:

- A) A lei resguarda os direitos de Miguel, ainda que venha a falecer durante a gravidez.
- B) Personalidade civil de Miguel se inicia desde a concepção, a partir de quando a lei também resguarda seus direitos.
- C) A personalidade civil de Miguel se inicia a partir do nascimento com vida, mas a lei resguarda seus direitos desde a concepção.
- D) A personalidade civil de Miguel começa apenas a partir do nascimento com vida, a partir de quando também são resguardados seus direitos.

Questão 37

Justina, oriunda de uma pequena cidade do interior do Brasil, chega a São Paulo sem conhecer ninguém e procura de imediato, e com urgência, um apartamento para residir. O proprietário do imóvel desejado, percebendo a pouca experiência de Justina e reconhecendo a sua necessidade de moradia, cobra-lhe valor três vezes superior ao usualmente praticado naquele bairro. Considerando tais fatos, assinale a afirmativa correta:

- A) O contrato de locação realizado é anulável, tendo em vista a proteção ao princípio do estado de perigo.
- B) O contrato de locação realizado é anulável, tendo em vista a existência de dolo por parte do proprietário do imóvel.
- C) O contrato de locação realizado é nulo, tendo em vista a existência de erro por parte de Justina.
- D) O contrato de locação realizado é anulável, tendo em vista a existência de lesão.

Questão 38

Piccelli institui usufruto de uma casa em favor dos irmãos Maurício e Leandro, que, no intuito de garantir uma fonte de renda, alugam o imóvel. Dois anos depois da constituição do usufruto, Leandro falece, e Maurício, mesmo sem “cláusula de acrescer” expressamente estipulada, passa a receber integralmente os valores decorrentes da locação.

Um ano após o falecimento de Leandro, Piccelli vem a falecer. Seus herdeiros pleiteiam judicialmente uma parcela dos valores integralmente recebidos por Maurício no intervalo entre o falecimento de Leandro e de Piccelli e, concomitantemente, a extinção do usufruto em função da morte de seu instituidor.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta:

- A) Na ausência da chamada “cláusula de acrescer”, parte do usufruto teria se extinguido com a morte de Leandro, mas o usufruto como um todo não se extingue com a morte de Piccelli.
- B) Maurício tinha direito de receber a integralidade dos aluguéis independentemente de estipulação expressa, tendo em vista o grau de parentesco com Leandro, mas o usufruto automaticamente se extingue com a morte de Piccelli.
- C) A morte de Piccelli só extingue a parte do usufruto que caberia a Maurício, mas permanece em vigor no que tange à parte que cabe a Leandro, legitimando os herdeiros deste a receberem metade dos valores decorrentes da locação, caso este permaneça em vigor.
- D) A morte de Leandro extingue integralmente o usufruto, pois instituído em caráter simultâneo, razão pela qual os herdeiros de Piccelli têm direito de receber a integralidade dos valores recebidos por Maurício, após o falecimento de seu irmão.

Questão 39

Alessandra, ao passar ao lado do prédio em que se encontra estabelecido o Condomínio do Edifício Praia Bonita, é atingida por um carrinho de brinquedo, proveniente do alto da edificação. Ao olhar para cima, vê crianças saindo da janela do apartamento 502, mas não pode afirmar ao certo de onde veio o objeto. Nessas circunstâncias, responde pelos danos sofridos por Alessandra:

- A) O morador do apartamento 502.
- B) O responsável pelas crianças do apartamento 502.
- C) Ninguém, pois inimputáveis os prováveis autores do dano.
- D) O condomínio.

Questão 40

Diante da crise que se abateu sobre seus negócios, Eriberto contrai empréstimo junto ao seu amigo Jorge, no valor de R\$ 200.000,00, constituindo, como garantia, hipoteca do seu sítio, com vencimento em 20 anos. Esgotado o prazo estipulado e diante do não pagamento da dívida, Jorge decide executar a hipoteca, mas vem a saber que o imóvel foi judicialmente declarado usucapido por Jonathan, que o ocupava de forma mansa e pacífica para sua moradia durante o tempo necessário para ser reconhecido como o novo proprietário do bem. Diante do exposto, assinale a opção correta:

- A) Como o objeto da hipoteca não pertence mais a Eriberto, a dívida que ele tinha com Jorge deve ser declarada extinta.
- B) Se a hipoteca tiver sido constituída após o início da posse *ad usucapionem* de Jonathan, o imóvel permanecerá hipotecado mesmo após a usucapião, em respeito ao princípio da ambulatoriedade.
- C) Diante da consumação da usucapião, Jorge tem direito de regresso contra Jonathan, haja vista que o bem usucapido era objeto de sua garantia.

D) Sendo a usucapião um modo de aquisição originária da propriedade, Jonathan pode adquirir a propriedade do imóvel livre da hipoteca que Eriberto constituíra em favor de Jorge.

Questão 41

Magno, sem filhos, solteiro, com 28 anos, datiloscopista e cujos pais são pré-mortos, tinha os dois avós maternos e o avô paterno vivos, bem como duas irmãs: Juliana (germana) e Carolina (unilateral). Magno falece sem testamento, deixando herança líquida no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

De acordo com os fatos narrados, assinale a afirmativa correta:

- A) Seus avós maternos receberão, cada um, R\$ 150.000,00 (centos e cinquenta mil reais) e seu avô paterno receberá R\$ 300.000,00 (trinta mil reais), por direito próprio.
- B) Seus três avós receberão, cada um, R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), por direito de representação dos pais de Magno, pré-mortos.
- C) Juliana receberá R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), por ser irmã germana, e Carolina receberá R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), por ser irmã unilateral.
- D) Juliana e Carolina receberão, cada um, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), por direito próprio.

Questão 42

Alysson, de 25 anos de idade, casado há 3 anos com Cláudia, de 23 anos de idade, brasileiros, residentes na Nova Zelândia, viajam de férias ao Brasil. Como Cláudia trabalha como assistente social, decidem visitar crianças e adolescentes que aguardam adoção no Brasil, a fim de conhecerem tal realidade local.

Durante as visitas, afeiçoam-se a Clara, de 5 anos de idade, e iniciam processo para adotá-la.

Ao longo do processo, descobrem que há no cadastro outros 3 habilitados para a adoção de Clara: Mariana e Pedro, casados, brasileiros e residentes no Brasil; Giorgio e Paolo, conviventes em união estável, italianos e residentes na Itália; e Betânia, brasileira e residente no Brasil.

A respeito do caso em tela, considerando apenas as informações narradas e à luz do ECA, assinale a alternativa correta:

- A) A preferência para a adoção de Clara é de Mariana e Pedro, pois, além de serem brasileiros, são casados, o que lhes coloca à frente do casal em união estável e da Betânia, que pretende uma adoção unilateral.
- B) Giorgio e Paolo e Alysson e Cláudia possuem a mesma preferência para a adoção de Clara, pois ambos os casais residem fora do país e não pode haver distinção entre estrangeiros e brasileiros.
- C) Caso Mariana e Pedro logrem a preferência, mas se divorciarem ao longo do processo de adoção, devem ser passados para o fim da fila de adoção, separadamente, pois, nesse caso, perderiam eventual preferência e teriam que iniciar novos processos de adoção.
- D) Para Alysson e Cláudia e Giorgio e Paolo, o prazo do estágio de convivência, realizado no Brasil, é de 30 a 45 dias, possível uma prorrogação, por até igual período; já para Mariana e Pedro e Betânia, o prazo do estágio de convivência é de até 90 dias, possível a prorrogação por até igual período.

Questão 43

Olavo, de 12 anos de idade, é flagrado durante o cometimento de um ato infracional equivalente ao crime de roubo. Na ocasião, portando uma faca, subtraiu, mediante grave ameaça, o celular, a carteira e o relógio de Armando, sendo pego logo em seguida. O adolescente, então, é levado à autoridade policial, para a lavratura do respectivo auto de apreensão.

A respeito da situação narrada, assinale a alternativa incorreta:

- A) Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.
- B) Conforme entendimento jurisprudencial consolidado, durante eventual procedimento instaurado para a apuração do ato infracional por ele praticado, será nula a desistência de outras provas em face da sua confissão.
- C) Segundo o ECA, se Olavo tiver antecedentes infracionais, não será cabível a concessão de remissão, seja pelo Ministério Público, seja pelo juiz.
- D) Segundo o ECA, se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente à audiência de apresentação, a autoridade judiciária designará nova data, determinando sua condução coercitiva.

Questão 44

Beto adquiriu uma garrafa de espumante importado junto à Distribuidora de Bebidas Be Happy Ltda. Decidiu dar a garrafa da bebida em questão de presente para sua colega de trabalho, Joelma, como agradecimento pelo fato de ela o ter indicado para um cliente. A bebida é importada pela empresa Very Good Wines Ltda. Quando Joelma abriu a garrafa, percebeu um odor anormal para espumantes daquele tipo, e assim que provou a bebida, verificou que ela era absolutamente imprópria para o consumo. Diante dessa situação hipotética, e de acordo com o que prevê o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:

- A) Joelma deve solicitar que Beto entre em contato com a Distribuidora Be Happy Ltda. para solicitar a troca da bebida, já que foi ele que efetuou a compra.
- B) Joelma pode exigir a troca do espumante por outro idêntico, e em perfeito estado, mas a loja terá direito ao prazo de 30 para efetuar a substituição.
- C) Joelma só terá direito de pleitear qualquer tipo de providência – troca da bebida ou devolução das quantias pagas – diretamente da importadora Very Good Wines Ltda.
- D) Beto ou Joelma poderão exigir de qualquer dos fornecedores a imediata substituição do espumante por outro idêntico e em perfeito estado, ou a devolução imediata das quantias pagas atualizadas, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

Questão 45

Num determinado final de semana, Fernando conseguiu convencer sua mãe, Marina, a sair de casa para passear num Shopping Center próximo à casa dela. Durante o passeio, o sapato da idosa ficou preso numa das escadas rolantes do estabelecimento. Em razão do gravíssimo acidente, a idosa teve dois dedos do pé amputados. Diante dessa situação hipotética, e de acordo com o que prevê o Código de Defesa do Consumidor, é correto dizer que:

A) O Shopping não pode ser responsabilizado pelo acidente, com base no CDC, tendo em vista que a vítima do acidente não pode ser considerada consumidora, porque não houve qualquer ato de consumo, aplicando-se, se for caso, o Código Civil.

B) Há responsabilidade solidária pelo pagamento da indenização pelos danos materiais, morais e estéticos sofridos, entre o Shopping e a empresa fabricante do equipamento de escada rolante, nos termos do CDC.

C) Há responsabilidade principal do Shopping, sendo que a empresa fabricante da escada rolante, nos termos do CDC, só responderá se o primeiro não tiver condições de fazê-lo, ou seja, sua responsabilidade é subsidiária.

D) Aplicam-se as disposições do CDC relativas ao vício do produto ou do serviço, o que acarreta a responsabilidade exclusiva do Shopping Center perante o consumidor, que poderá, se for o caso, ajuizar ação de regresso contra a empresa fabricante do equipamento de escada rolante.

Questão 46

No que diz respeito à falência, regulada pela Lei n. 11.101/05, assinale a opção correta:

- A) Trata-se de procedimento que se aplica à empresa pública e à sociedade de economia mista, mas não às instituições financeiras.
- B) O prazo para contestação ao pedido de falência é de 10 (dez) dias.
- C) O administrador judicial, escolhido pela assembleia geral de credores, será nomeado na petição inicial de falência.
- D) É competente para conhecer, processar e julgar a falência o foro da sede da empresa ou da maior filial da empresa no Brasil.

Questão 47

Com base no Código Civil, assinale a opção correta a respeito das sociedades:

- A) A sociedade em comum é de responsabilidade limitada, não possuindo benefício de ordem para nenhum sócio.
- B) Na omissão do contrato social, a sociedade limitada será regida pela Lei n. 6.404/76 (LSA).
- C) É permitida a criação da Sociedade Limitada Unipessoal, composta por apenas um sócio.
- D) A sociedade limitada sempre será administrada por um sócio, nomeado no contrato social ou em ato separado.

Questão 48

João emitiu nota promissória em favor de Maria na quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com vencimento para o dia 08/03/2020. Maria, antes do vencimento, endossou o título para José, que ao endossar para Marcos, foi avalizado por Benedito. Caso o título não seja pago, o credor Marcos poderá ingressar com ação de execução em face de:

- A) João, Maria, José e Benedito, independente de protesto.
- B) João, independente de protesto e Maria, José e Benedito desde que devidamente protestado.
- C) João, apenas, havendo ou não protesto.
- D) João e Benedito, apenas, havendo ou não protesto.

Questão 49

De acordo com a Lei n. 11.101/05, são requisitos para empresa requerer a recuperação judicial:

- A) Registro há pelo menos 02 anos, não ter sido beneficiada por outro plano de recuperação nos últimos 05 anos e não ter sido considerada falida ou, caso tenha, que estejam extintas as obrigações.
- B) Registro há pelo menos 03 anos, não ter sido beneficiada por outro plano de recuperação nos últimos 05 anos e não ter sido considerada falida ou, caso tenha, que estejam extintas as obrigações.
- C) Registro há pelo menos 02 anos, não ter sido beneficiada por outro plano de recuperação nos últimos 08 anos e não ter sido considerada falida ou, caso tenha, que estejam extintas as obrigações.
- D) Registro há pelo menos 05 anos, não ter sido beneficiada por outro plano de recuperação nos últimos 02 anos e não ter sido considerada falida ou, caso tenha, que estejam extintas as obrigações.

Questão 50

O empresário individual, assim definido pelo art. 966 do CC é:

- A) Quem exerce atividade econômica, de forma profissional e organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços.
- B) O profissional intelectual, que exerce atividade de natureza artística, científica, literária e cultural, mesmo que não esteja presente o elemento de empresa.
- C) Caracterizado pelo registro, antes do início de suas atividades, no Ofício de Registro de Pessoa Jurídicas.
- D) Aquele que reúne os elementos da organização, quais sejam: capacidade produtiva, tecnologia de ponta, capital mínimo de duzentos salários e contratação de ao menos cinco funcionários.

Questão 51

José Roberto e outras trinta pessoas ajuízam demanda em que discutem cláusulas contratuais em face da empresa Salles Jr., grande empreiteira do país. O juiz de Direito da 29ª Vara Empresarial de determinada cidade entende que o caso possui grande repercussão social. Em razão disso, uma entidade especializada no tema que será apreciado peticiona nos autos, em junho de 2019, requerendo a sua intervenção no feito como *amicus curiae*.

Diante do que dispõe o CPC, é correto afirmar que:

- A) É impossível a pretensão deduzida porque a figura do *amicus curiae* existe apenas para as causas que tramitam no STF.
- B) Se o juiz não aceitar a participação da entidade como *amicus curiae*, ela poderá recorrer dessa decisão interlocutória.
- C) É viável a admissão de *amicus curiae* em 1º grau de jurisdição, desde que aceito pelo juiz, e em decisão irrecurável.
- D) *Amicus curiae* só existe para as causas que estejam nos Tribunais, ou seja, do 2º grau em diante.

Questão 52

A empresa Tchau Ltda ao se sentir lesada por três outras empresas de telefonia acaba ajuizando demanda indenizatória em face delas. O juiz, na fase de saneamento e organização de um processo, reconhece a ilegitimidade passiva de uma ré, que tinha sido regularmente arguida em defesa, determinando o prosseguimento do feito apenas em relação às rés que permaneceram no processo.

Inconformada com a referida decisão judicial, pode a autora Tchau:

- A) Interpor agravo de instrumento no prazo de 15 dias.

B) Interpor agravo de instrumento no prazo de 30 dias.

C) Interpor apelação no prazo de 15 dias.

D) Aguardar a prolação da sentença para então apelar da decisão interlocutória anterior.

Questão 53

José, menor incapaz, regularmente representado por sua genitora Nádia, ajuizou ação de alimentos em face de Antonio em foro relativamente incompetente. Tal situação deixou de ser arguida pelo réu na primeira oportunidade de que dispunha. Todavia, ao ser intimado para audiência, o Réu suscitou o vício de incompetência.

Nesse cenário:

A) O juiz da causa pode pronunciar de ofício a incompetência relativa, remetendo os autos ao juízo competente.

B) A incompetência relativa pode ser arguida pelo réu a qualquer tempo e grau de jurisdição.

C) Caso a arguição de incompetência relativa seja acolhida, o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito.

D) A incompetência relativa se prorrogará, pois o momento processual adequado para alegação era em preliminar de contestação.

Questão 54

Roberto, tendo sofrido turbação na posse de imóvel seu, propôs ação de manutenção de posse, em cujo polo passivo figura um grande número de pessoas. Nesse cenário, é possível que:

A) O juiz conheça do pedido como reintegração de posse, caso entenda que já ocorreu o esbulho, e não a turbação da posse.

B) Seja feita a citação dos réus que se encontrarem no imóvel objeto da lide, sem a necessidade de citação por edital daqueles que ali não forem localizados.

C) Haja intimação da Defensoria Pública, ainda que não envolva pessoas em situação de hipossuficiência econômica.

D) Qualquer réu demande o reconhecimento da propriedade em face do autor.

Questão 55

Fernanda é credora de Marlon da quantia de R\$ 60.000,00 decorrente de contrato de empréstimo particular assinado pelas partes e por duas testemunhas. Vencido o prazo de um ano estabelecido para pagamento e inadimplida a obrigação, Fernanda propõe ação de execução de quantia certa contra Marlon com o objetivo de receber o seu crédito, com juros e correção monetária. Com relação ao procedimento da execução proposta, é correto que o magistrado:

A) Intimará o devedor a pagar o valor exequendo no prazo de 15 dias sob pena de multa de 10% e honorários de 10%.

B) Despachará a inicial, fixando, de plano, os honorários advocatícios de 10% a 20%, a serem pagos pelo executado, que serão reduzidos pela metade no caso de integral pagamento da dívida no prazo de 5 dias.

C) Despachará a inicial, fixando, de plano, os honorários advocatícios de 10%, a serem pagos pelo executado, que serão reduzidos pela metade no caso de integral pagamento da dívida no prazo de 3 dias.

D) Citará o devedor para pagar o valor exequendo acrescido de honorários de 10% em 15 dias ou para que apresente impugnação no mesmo prazo.

Questão 56

Manuel propôs uma demanda indenizatória em face de Arlindo, cumulando os pedidos de ressarcimento de dano material de dez mil reais e de reparação de dano moral de cinquenta mil reais. Após a audiência de conciliação infrutífera, Arlindo reconheceu a procedência do pedido de ressarcimento de dano material, pois realmente causou o prejuízo afirmado por Manuel. Todavia, entendeu que não assistia direito a qualquer reparação de dano moral. Nesse sentido, protestou pela produção de prova oral para provar suas alegações. O juiz, em julgamento antecipado parcial do mérito, julgou procedente o referido pedido de dano material, uma vez que este se mostrou incontroverso, e determinou a produção de prova oral em relação ao pedido de reparação de dano moral alegado. Nesse cenário, é correto afirmar que:

- A) A cumulação de pedidos de Manuel é sucessiva, uma vez que é lícita e não há vínculo prejudicial entre os pedidos.
- B) A decisão que julgou procedente o pedido foi incorreto, devendo o magistrado ter instruído o feito e, somente após a produção das provas, ter julgado todos os pedidos formulados por Manuel.
- C) A decisão em relação ao dano material é impugnável por apelação, já que se trata de resolução do mérito deste pedido.
- D) A decisão que julgou procedente o pedido de ressarcimento de dano material é impugnável por agravo de instrumento, no prazo de 15 dias úteis.

Questão 57

Maria e João, após longo tempo de namoro, resolvem se casar, e para tanto começam a contratar todos os fornecedores para o dia de casamento. No dia marcado, a decoração de flores e as bebidas não foram entregues, gerando grande constrangimento aos noivos. Resolveram, então, ajuizar demanda em face dos fornecedores. Iniciada demanda, o magistrado, ao visualizar a necessidade de produção de provas, resolve sanear o processo. Sobre decisão saneadora, assinale a alternativa correta:

- A) No atual sistema processual civil brasileiro, o saneamento pode dar-se por decisão interlocutória escrita do juiz; nunca em audiência de saneamento.
- B) Haverá audiência de saneamento quando a causa apresentar complexidades em matéria de fato ou de direito, caso em que as partes, em cooperação com o juiz, esclarecerão ou integrarão suas alegações.
- C) Após decisão saneadora, as partes não podem pedir esclarecimentos ao juiz, no prazo comum de 05 (cinco) dias.
- D) Toda decisão saneadora é impugnável mediante agravo de instrumento.

Questão 58

Deputados estaduais estão reunidos para analisar a penalização do crime de estupro, chegando ao consenso de que é inadequada a ausência de previsão no Código Penal sobre causa formal de aumento de pena para quando o delito é praticado com emprego de arma branca ou de fogo.

Admitindo a possibilidade de realizar uma campanha para a alteração legislativa do tema, os deputados solicitaram dos seus assessores que avaliassem as consequências dessa alteração para os que estão condenados por atos praticados nessas circunstâncias, para os que respondem à ação penal e para os que teriam praticado fatos com essas peculiaridades, mas sequer foram denunciados.

Deverá ser esclarecido pelo assessor que eventual aumento de pena, em razão do emprego de arma no crime de estupro:

- A) Poderá ser imposto aos que já praticaram fatos e não foram denunciados, aos que respondem ação penal e aos condenados, exceto os que já tiverem a pena extinta, já que é prejudicial.
- B) Poderá ser imposto aos que já praticaram fatos e não foram denunciados e aos que respondem ação penal, mas não aos condenados definitivamente, tendo ou não cumprido a pena, já que é prejudicial.
- C) Não poderá ser imposto aos que já praticaram fatos e não foram denunciados, aos que respondem ações penais e nem aos condenados definitivamente, mas tão só àqueles que praticarem a conduta após votação da lei, sendo irrelevante se a inovação é favorável ou desfavorável.
- D) Não poderá ser imposto aos que praticaram fatos e não foram denunciados, aos que respondem ações penais e nem aos condenados.

Questão 59

João, visando matar sua esposa se coloca a distância que não pode ser visto por ela. Contudo, quando efetua o disparo erra o alvo e não atinge sua esposa, de modo que o projétil ricocheteia em uma parede e atinge a vizinha que estava nas proximidades, matando-a. Nesta hipótese como se dará a responsabilidade penal de João?

- A) João responderá pela morte da vizinha apenas, já que foi o resultado efetivamente ocorrido.
- B) João responderá por homicídio doloso tentado contra sua esposa e homicídio culposo contra a vizinha.
- C) João responderá pela morte da esposa por conta do erro sobre a pessoa.
- D) João responderá como se tivesse acertado quem almejava por conta do instituto do *aberratio ictus*.

Questão 60

Tício, 40 anos, na condição de funcionário público, foi condenado pela prática de crime de peculato em razão do desvio de quantia em dinheiro da Administração Pública, sendo aplicada pena de 06 anos de reclusão. Após ser apenado em regime inicial semiaberto, preencheu o requisito objetivo e pretende a progressão para o regime aberto.

Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que Tício, para obter a progressão, deverá:

- A) Se submeter, necessariamente, ao exame criminológico.
- B) Reparar o dano, além de preencher os demais requisitos gerais legais.
- C) Preencher os requisitos legais e poderá ser fixada como condicional especial para a concessão do regime aberto a prestação de serviços à comunidade.
- D) Preencher os requisitos legais e, em regime aberto, deverá cumprir condições gerais e obrigatórias, como não se ausentar da cidade sem autorização judicial, não podendo ser fixadas quaisquer condições especiais não previstas em lei.

Questão 61

Insatisfeito com o comportamento de seu empregador Juca, Carlos escreve uma carta para a família daquele, afirmando que Juca seria um estelionatário e torturador. Laca a carta e a entrega no correio, adotando todas as medidas para que chegasse aos destinatários. No dia seguinte, porém, Carlos se arrepende de seu comportamento e passa a adotar conduta para evitar que a carta fosse lida por qualquer pessoa e o crime consumado. Carlos vai até a casa de Juca, tenta retirar a carta da caixa do correio, mas vê o exato momento em que Juca e sua esposa pegam o envelope e leem todo o escrito. Ofendido, Juca procura seu advogado e narra o ocorrido.

Considerando a situação apresentada, o advogado de Juca deverá esclarecer que a conduta de Carlos configura crime de:

- A) Calúnia consumado.
- B) Tentativa de injúria, pois houve arrependimento eficaz, devendo Carlos responder apenas pelos atos já praticados.
- C) Tentativa de calúnia, pois houve desistência voluntária, devendo Carlos responder apenas pelos atos já praticados.
- D) Injúria consumado.

Questão 62

Claus, servidor público de uma secretaria de fazenda, estava sozinho em seu departamento de trabalho, ao final do expediente, quando um cidadão dirigiu-se até ele, insistindo em efetuar pagamento em dinheiro referente a dívida que Claus verificou ser inexistente junto àquela secretaria. Aproveitando-se do equívoco, Claus recebeu e apropriou-se do valor, sem alertar o devedor de que o pagamento deveria ser efetuado em outro órgão.

A conduta de Claus, o sujeita a responder por:

- A) Peculato desvio.
- B) Peculato culposo.
- C) Excesso de exação.
- D) Peculato mediante erro de outrem.

Questão 63

Crakeison, imputável, sem mais dinheiro para custear o vício em drogas, planejou assaltar transeuntes, em via pública. Pondo em prática seu plano criminoso, abordou as vítimas Suzineide, 21 anos, grávida de 08 meses, e Romualdo, marido dela, assim que saíram de um estabelecimento comercial. Apontando para as vítimas um revólver calibre 38, Crakeison ordenou que Romualdo lhe entregasse um aparelho celular, que levava em uma das mãos. Suzineide, assustada, gritou. Diante disso, Crakeison efetuou um disparo contra Suzineide, atingindo o abdômen da grávida. Em um ato contínuo, Romualdo conseguiu imobilizar o criminoso, retirando a arma de fogo das mãos dele. Imobilizado, Crakeison foi preso em seguida, não logrando êxito, portanto, na subtração do aparelho celular pretendido. Suzineide foi socorrida, porém, em decorrência das lesões sofridas, ela e o bebê morreram antes de chegarem ao hospital da cidade. Assinale a alternativa que melhor ilustra o enquadramento legal a ser conferido a Crakeison pelo Delegado de Polícia com atribuição para a apreciação do caso, com base no entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal.

- A) Latrocínio consumado.
- B) Latrocínio tentado.
- C) Latrocínio consumado, majorado pelo emprego de arma de fogo.
- D) Homicídio doloso contra Suzineide, qualificado por motivo torpe.

Questão 64

Um garoto de sete anos de idade foi atendido no pronto-socorro de um hospital com quadro de crise asmática. Embora tenha sido regularmente medicado, ele faleceu trinta e seis horas depois devido a insuficiência respiratória. A médica plantonista foi indiciada por homicídio culposo com imputação de negligência no atendimento. O promotor de justiça, após exaustivas diligências, que incluíram o parecer de renomado pneumologista

e outras diligências realizadas pela própria assessoria médica do órgão acusador, pediu o arquivamento da peça inquisitória um mês depois de encerrado o prazo previsto em lei para a propositura da ação penal, a partir da apresentação do relatório final pelo delegado. Nesse ínterim, o pai da criança, inconformado com a demora do MP em promover a denúncia no prazo da lei, ajuizou ação penal privada subsidiária.

Acerca dessa situação hipotética e de aspectos a ela correlatos, assinale a opção correta à luz do entendimento dos tribunais superiores.

- A) O simples fato de os autos terem ficado sem movimentação externa ao MP por prazo superior a quinze dias não autorizaria a propositura da ação penal privada.
- B) Se os autos tiverem estado em diligência a cargo de órgão auxiliar técnico do MP para análise das questões médicas envolvidas, então não houve omissão e, por isso, esteve suspenso o prazo para o exercício da ação penal privada.
- C) Caso a família da vítima tomasse ciência da realização de diligências no âmbito interno do MP para esclarecimento dos fatos e se manifestasse nos autos dessas diligências sem questioná-las, isso implicaria anuência, obstando o direito à ação penal privada.
- D) Tendo a CF erigido como fundamental o direito da vítima e de sua família à aplicação da lei penal, a vítima e sua família podem tomar as rédeas da ação penal se o MP não o fizer no devido tempo.

Questão 65

Amadeu, com vinte anos de idade, encontrou Márcia, com dezesseis anos de idade, sua ex-vizinha, em um baile de carnaval realizado em uma praia. Ao perceber que Márcia se encontrava em estado de embriaguez, apresentando perda do raciocínio e de discernimento, Amadeu aproveitou para praticar diversos atos libidinosos e ter conjunção carnal com ela, mesmo sem o seu consentimento.

Nessa situação hipotética,

- A) A autoridade policial só poderá instaurar inquérito mediante representação de Márcia ou de seus pais.
- B) A autoridade policial poderá instaurar inquérito de ofício.
- C) A autoridade policial não poderá instaurar inquérito policial caso tome ciência do fato por meio da veiculação do fato pela imprensa.
- D) A autoridade policial só poderá instaurar inquérito mediante requerimento subscrito pelos pais de Márcia.

Questão 66

Após desentendimento em jantar em sua residência, um deputado estadual esfaqueou um colega, que morreu no local. O crime teria ocorrido após intensa discussão sobre um determinado time de futebol e o título de determinado campeonato que se alegava ter ou não. Para ocultar o ato criminoso, o parlamentar enterrou o corpo da vítima no quintal de sua residência. Após o indiciamento, o MP ofereceu denúncia contra o parlamentar. Nessa situação hipotética, a competência para julgar os crimes de homicídio e de ocultação de cadáver será do:

- A) Tribunal de justiça e do juiz singular da justiça comum estadual, respectivamente.
- B) Juiz singular da justiça comum estadual.
- C) Tribunal do júri da comarca em que os crimes foram praticados.
- D) Tribunal de justiça do estado em que o parlamentar exercer o seu mandato.

Questão 67

Após a instauração de inquérito policial para apurar a prática de crime de corrupção passiva em concurso com o de organização criminosa, o promotor de justiça requereu o arquivamento do ato processual por insuficiência de provas, pedido que foi deferido pelo juízo. Contra essa decisão não houve a interposição de recursos.

Nessa situação,

- A) Mesmo com o arquivamento do inquérito policial, a ação penal poderá ser proposta, desde que seja instruída com provas novas.
- B) Em razão do arquivamento, a ação penal só poderá ser proposta como ação penal privada subsidiária da pública.
- C) O arquivamento do inquérito policial gerou a perempção, que provoca a inadmissibilidade da ação penal devido à extinção da punibilidade provocada.
- D) Em razão da coisa julgada material feita com o trânsito em julgado da decisão que deferiu o arquivamento do inquérito, é inadmissível a propositura de ação penal.

Questão 68

John Peter foi investigado pela prática de lesão corporal gravíssima. Segundo a investigação John teria praticado as lesões na vítima Zurubeba. No inquérito foram ouvidas testemunhas e foi feito exame de corpo de delito. Em relação às provas no processo penal é CORRETO afirmar que:

- A) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação conforme jurisprudência.
- B) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício ordenar, somente depois de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.
- C) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- D) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação das normas constitucionais ou legais, e as provas derivadas das ilícitas, apenas na hipótese de não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras.

Questão 69

Kurt R. foi denunciado pela prática de roubo. Segundo a denúncia ele teria junto com outros amigos entrado no mercado KR e subtraído cerca de R\$5.800,00 do caixa. Para isso colocou uma arma na cabeça do atendente. Regularmente citado, apresentou resposta e foi designada audiência de instrução. Na audiência foram ouvidas testemunhas e a vítima, houve debates orais e ao final Kurt restou condenado. Em relação aos recursos e aos temas relativos ao processo penal, é INCORRETO afirmar:

- A) Segundo entendimento jurisprudencial, a renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.
- B) Segundo o STF, a apelação despachada pelo juiz no prazo legal não fica prejudicada pela demora da juntada, por culpa do cartório.
- C) Há jurisprudência do STF, no sentido de que se o a condenação fosse por crime político o recurso cabível seria o recurso ordinário constitucional para o STF.
- D) Há entendimento jurisprudencial de que não fica prejudicada a apelação entregue em cartório no prazo legal, embora despachada tardiamente.

Questão 70

Dimitri Vegas, proprietário da empresa Madeira Forte Ltda., teve equipamentos embargados por auditores-fiscais do trabalho.

A justificativa foi que os equipamentos apresentavam grandes riscos aos trabalhadores.

Importa dizer que foi apresentada ação civil pública com o objetivo de que a Justiça reconhecesse e declarasse a competência dos auditores-fiscais do trabalho para interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento e embargar obras que desrespeitem as normas de segurança, saúde e medicina do trabalho sem a necessidade de autorização do Superintendente Regional do Trabalho.

Analisando as atualizações ocorridas na CLT, marque a alternativa correta:

- A) O Delegado Regional do Trabalho, à vista do laudo técnico do serviço competente que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, poderá interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargar obra, indicando na decisão, tomada com a brevidade que a ocorrência exigir, as providências que deverão ser adotadas para prevenção de infortúnios de trabalho.
- B) O Delegado Regional do Trabalho, à vista do laudo técnico do serviço competente que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, deverá encaminhar às autoridades federais, estaduais e municipais, relatório detalhando os riscos encontrados. As autoridades competentes poderão dar imediato apoio às medidas apresentadas pelo Delegado.
- C) Não é permitida a interdição de máquinas, mesmo que apresentem risco ao trabalhador.
- D) A lei é isenta quanto a interdição de máquinas e equipamentos de empresas.

Questão 71

Marshmello é empregado da Fábrica Doces Decor S.A. Ele procura você, na qualidade de advogado(a), para uma consulta afirmando que no mês de novembro de 2019 trabalhou 10 horas por dia, de segunda à sexta feira.

Segundo Marshmello, a Doces Decor S.A. teve os trabalhos suspensos em duas semanas no mês de outubro de 2019, em decorrência de força maior que impossibilitavam o acesso à fábrica.

Diante do exposto, marque a alternativa correta, no que concerne as jornadas de trabalho, em obediência das mudanças ocorridas na CLT.

- A) Mesmo diante de força maior, não é possível que os trabalhadores excedam a carga horária estabelecida de 8 horas por dia.
- B) Sempre que ocorrer interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais, ou de força maior, que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de 2 (duas) horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 10(dez) horas diárias, em período não superior a 45 (quarenta e cinco) dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente. O excesso, poderá ser exigido independentemente de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- C) Considera-se força maior todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador, mesmo que para a sua realização este tenha concorrido, direta ou indiretamente.
- D) É expressamente vedada a prorrogação do trabalho dos menores de 18 anos, salvo quando, por motivo de força maior, que não possa ser impedido ou previsto, até no máximo de 10 (dez) horas, desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.

Questão 72

Durante fiscalização realizada pela Receita Federal em restaurantes Bom Sabor S.A., de Alan Walker, foi constatado que o empregador não integrava as gorjetas nos valores declarados na folha de pagamento, caracterizando ilicitude fiscal-tributária e trabalhista.

Ao ajuizar a ação civil pública, o MPT sustentou que a prática era comum no restaurante.

Com base no exposto acima, analisando as atualizações na CLT, marque a alternativa correta:

A) As empresas inscritas em regime de tributação federal diferenciado, deverão lançar o respectivo valor das gorjetas, na nota de consumo, sendo obrigatória a retenção de até vinte por cento da arrecadação correspondente, para custear os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas derivados da sua integração à remuneração dos empregados, a título de ressarcimento do valor de tributos pagos sobre o valor da gorjeta, cujo valor remanescente deverá ser revertido integralmente em favor do trabalhador.

B) Para as empresas inscritas em regime de tributação federal diferenciado, não é obrigatório o lançamento da gorjeta na respectiva nota de consumo.

C) Para as empresas não inscritas em regime de tributação federal diferenciado, é obrigatório o lançamento dos valores das gorjetas na respectiva nota de consumo, facultada a retenção de até vinte por cento da arrecadação correspondente para custear os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, derivados da sua integração à remuneração dos empregados, a título de ressarcimento do valor de tributos pagos sobre o valor da gorjeta, cujo valor remanescente deverá ser revertido integralmente em favor do trabalhador.

D) Para as empresas inscritas em regime de tributação federal diferenciado, deverão inserir o valor correspondente das gorjetas que cobrarem, na respectiva nota de consumo, facultada a retenção de até vinte por cento da arrecadação correspondente, para custear os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas derivados da sua integração à remuneração dos empregados, a título de ressarcimento do valor de tributos pagos sobre o valor da gorjeta, cujo valor remanescente deverá ser revertido integralmente em favor do trabalhador.

Questão 73

Vini Vici foi contratado como segurança pela empresa Jóias Finas S.A., onde passou a trabalhar, desde agosto de 2019. Entretanto, para que começasse a desempenhar suas funções foi lhe imposto a compra de um terno e gravata social, que custou 10 x R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais. Vini Vici recebia um salário de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Diante da disparidade do valor, Vini Vici procura você, na qualidade de advogado(a) para impetrar ação trabalhista.

No exame do recurso de revista do Vini Vici, o relator, afirmou que o estabelecimento de código de vestimenta, se insere no poder diretivo do empregador de conduzir sua atividade da forma que melhor lhe agrada. Entretanto, no caso de Vini Vici, o relator considerou desproporcional o custo da vestimenta e o salário recebido.

Com base no contexto acima, analisando a mudanças da CLT, marque a afirmativa correta:

A) Cabe ao empregador definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada.

B) Compreende-se no salário o vestuário ou outras prestações in natura que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado, mesmo que para a utilização no local de trabalho, para a prestação de serviços.

C) No contrato de trabalho é lícito ao empregador adicionar cláusula contratual fixando determinada importância de forma a atender várias parcelas, como salário, gratificações legais, comissões e gorjetas.

D) O costume de fornecer diárias de viagem, prêmios e abonos integram a remuneração do empregado, constituindo base para a incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

Questão 74

Nicky Romero foi contratado pela empresa Borracha Forte Ltda, para desempenhar a função de carregador. Entretanto, foi impedido pela empresa de se associar ao sindicato de sua categoria.

Com dúvidas quanto aos seus direitos, Nicky Romero procura você, na qualidade de advogado(a) para saber mais sobre o tema. Quanto ao fato exposto acima, marque a alternativa correta:

A) A empresa poderá impedir que seus empregados se associem ao sindicato de suas respectivas categorias, independentemente do número de empregados, sem sofrer qualquer punição.

B) A empresa que, por qualquer modo, procurar impedir que o empregado se associe a sindicato, organize associação profissional ou sindical ou exerça os direitos inerentes à condição de sindicalizado ficará sujeita ao pagamento da multa, sem prejuízo da reparação a que o empregado tiver direito.

C) As contribuições facultativas ou as mensalidades devidas ao sindicato, previstas no estatuto da entidade ou em norma coletiva, independentemente de sua nomenclatura, serão recolhidas, cobradas e pagas, mediante desconto em folha, diretamente, sem a necessidade de qualquer anuência do empregado.

D) A CLT é isenta no que tange ao impedimento de associação de empregados.

Questão 75

Mariana Bo foi contratada como vendedora na loja Bela Chic S.A., se associando ao sindicato de sua categoria. Porém, percebeu que as contribuições do sindicato estavam sendo descontadas mensalmente, sem sua autorização.

Diante do exposto, Mariana Bo procura você, na qualidade de advogado(a) para saber mais sobre o tema. Logo, marque a alternativa correta, com base nas mudanças ocorridas na CLT.

A) Os empregadores ficam obrigados a descontar da folha de pagamento dos seus empregados, independentemente de autorização dos empregados, as contribuições devidas ao sindicato, quando por este notificados.

B) Os empregadores ficam obrigados a descontar da folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições devidas ao sindicato, quando por este notificados.

C) O recolhimento à entidade sindical beneficiária do importe descontado deverá ser feito até o décimo dia subsequente ao do desconto, sob pena de juros de mora no valor de 10% (dez por cento) sobre o montante retido, sem prejuízo da multa prevista no art. 553 e das cominações penais relativas à apropriação indébita.

D) O recolhimento à entidade sindical beneficiária do importe descontado deverá ser realizado até o décimo dia subsequente ao do desconto, sob pena de juros de mora no valor de vinte por cento sobre o montante retido, sem prejuízo da aplicação da multa.

Questão 76

O Sindicato dos Dj's profissionais, interpôs recurso contra decisão que declarou a decadência de Ação Rescisória, apresentada contra decisão de mérito, transitada em julgado, após obter prova nova, que poderia lhe assegurar pronunciamento favorável.

Ocorre que o Tribunal ao analisar o recurso entendeu que o Autor, não possuía mais direito à rescisão, pois a prova nova fora encontrada e apresentada 10 anos após o trânsito em julgado da última decisão proferida no processo de origem.

Neste sentido, no que tange a ação rescisória, marque a alternativa correta:

- A) O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo. Se fundada a ação em prova nova cuja existência o autor da rescisória, ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável, o termo inicial do prazo será a data da descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 5 anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.
- B) A Instrução Normativa nº 39, do TST, dispõe não ser aplicável ao Processo do Trabalho as normas do Código de Processo Civil, que regulamentam a ação rescisória.
- C) Somente cabe ação rescisória, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento.
- D) A execução da decisão proferida em ação rescisória deverá ser realizada em processo próprio, e será instruída com o acórdão da rescisória e a respectiva certidão de trânsito em julgado.

Questão 77

Deniz Koyu procura você, na qualidade de advogado(a) para ajuizar ação trabalhista com o intuito de receber verbas devidas em função de término do contrato de trabalho. Os pedidos englobam todo o período contratual. O juízo de primeiro grau deferiu os pedidos, mas apenas com relação à período posterior a abril de 2019, declarando prescritos os pleitos anteriores a essa data.

Você recorre ao TRT, afirmando que a regra do CPC é incompatível com o processo trabalhista, já que a CLT, ao tratar da prescrição em seu artigo 11, não prevê a possibilidade de o juiz decretar de ofício. Em novo recurso, os desembargadores, reformaram a sentença diante a incompatibilidade do art. 219, §5º do CPC, com o Processo do Trabalho, não sendo possível a pronúncia de ofício da prescrição pelo juiz.

Segundo análise da CLT, marque a alternativa correta quando ao que tange a prescrição.

- A) Em ação em que se objetiva a soma de períodos descontínuos de trabalho, a prescrição começa a fluir do primeiro contrato que se deseja considerado.
- B) A prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração é contada do término do prazo mencionado no art. 134 ou, se for o caso, da cessação do contrato de trabalho.
- C) A declaração da prescrição intercorrente não pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.
- D) Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é parcial, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

Questão 78

O autor Robin Schulz da reclamação trabalhista afirmou ter sido contratado para o cargo de gerente de marketing do grupo de empresas Expansão Ltda.

Afirma em sua pretensão, que uma das empresas do grupo, a Divulga S.A., teria firmado com a Empresa XZ S.A. um espaço aéreo destinado as operações voltadas para o atendimento do público empresarial, vinculado ao setor de tecnologia da informação. Robin, como gerente de marketing, fora escalado para trabalhar diretamente no projeto de marketing da empresa Divulga S.A.

A pretensão deduzida por Robin era que a Justiça do Trabalho reconhecesse a existência de vínculo de emprego e, conseqüentemente, condenasse as empresas (Expansão Ltda e Divulga S.A.) ao pagamento de todas as verbas trabalhistas.

Após ver seus pedidos julgados improcedentes, Robin Schulz recorreu ao Tribunal Regional. Alegou que o juiz de primeiro grau havia desconsiderado tanto a prova testemunhal apresentada por ele, quanto a própria realidade dos fatos.

A avaliação do conjunto de provas foi correta, segundo o TRT, seja pela ausência de credibilidade da testemunha do trabalhador, seja porque os e-mails trocados entre as partes revelaram a sua autonomia. Conforme conteúdo da correspondência eletrônica, o suposto gerente de marketing conduzia equipe da Expansão Ltda., com liberdade para programar suas ações na forma e nos horários por ele definidos, em situação incompatível com a figura de empregado.

Conforme análise da CLT, análise e marque a alternativa correta sobre prova testemunhal.

- A) As testemunhas serão inquiridas diretamente pelas partes, seus representantes ou seus advogados.
- B) As partes poderão indicar mais de 3 (três) testemunhas, quando se tratar de inquérito, esse número não poderá ultrapassar 6 (seis).
- C) Torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou ter litigado contra o mesmo empregador.
- D) As testemunhas comparecerão a audiência independentemente de notificação ou intimação. As que não comparecerem serão intimadas, *ex officio* ou a requerimento da parte, ficando sujeitas a condução coercitiva, além das penalidades do art. 730, caso, sem motivo justificado, não atendam à intimação.

Questão 79

O empregado THOMAS GOLD foi admitido em 1999 e dispensado imotivadamente em 2018. Não tendo assinado a dispensa nem comparecido para receber as verbas rescisórias, a XPTO S.A. ajuizou ação de consignação em pagamento e conseguiu realizar a quitação. O empregado entrou, então, com a reconvenção, alegando que detinha a estabilidade provisória por estar de férias à época da dispensa.

Considerando a reconvenção, marque a alternativa correta:

- A) São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.
- B) Não são devidos honorários de sucumbência na reconvenção.
- C) A reconvenção não pode ser proposta contra o autor e terceiro.
- D) A reconvenção não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

Questão 80

No dia da audiência, você, na qualidade de advogado(a) da empresa Papel Branco S.A. apresentou documentos e defesa que não se referiam à empregada Miss K8, autora da ação. Segundo empresa Papel Branco S.A., houve a troca das defesas de dois processos que tratavam da mesma matéria (horas extras) e cujas audiências haviam sido marcadas para o mesmo dia em duas Varas do Trabalho distintas, com intervalo de apenas cinco minutos entre elas. O equívoco foi constatado em maio, e a juntada posterior da defesa correta foi indeferida pelo juízo, que aplicou à revelia e condenou empresa Papel Branco S.A. ao pagamento das parcelas pleiteadas pela bancária.

No que tange à revelia, marque a alternativa correta:

- A) Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.
- B) É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos, sendo que suas declarações não obrigarão o proponente.
- C) A revelia produzirá seus efeitos, ainda que a petição inicial não venha acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
- D) O não comparecimento do reclamante à audiência importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

